





WALDENYR CALDAS

# Aspectos sociopolíticos do futebol brasileiro

## UM BREVE HISTÓRICO

O desenvolvimento dos esportes em nosso país, pelo menos até nossos dias, tem sido prescindível, em face de outros problemas considerados mais importantes. Embora polêmico (e talvez por isso mesmo), este é um assunto recorrente nos congressos, simpósios ou mesas-redondas que pretendem discutir o esporte brasileiro. As opiniões são sempre divergentes. Há quem defenda a participação ativa e direta do Estado no sentido de estimular, de algum modo, o aprimoramento dos atletas praticantes de esportes amadores. E há, em contrapartida, aqueles que acreditam mais no incentivo do capital privado. As empresas, através de incentivos fiscais, investiriam no esporte, “substituindo” a efetiva participação do Es-



WALDENYR CALDAS é professor de Sociologia da Cultura Brasileira da ECA-USP e autor de *O Pontapé Inicial - Memória do Futebol Brasileiro*.

tado. Nos últimos quinze anos (desde 1979) tem sido esse aopção brasileira. Pelo menos em boa parte dos esportes amadores.

Analisar a questão a fundo exigiria uma discussão muito longa. Ultrapassaria os objetivos deste ensaio. Provavelmente, e logo de início, teríamos de pensar nas questões ideológicas que envolvem as relações entre Estado, sociedade e capital privado. De qualquer modo, o tema é importante e pouco estudado. Um dos primeiros trabalhos nessa direção é do sociólogo alemão Gerhard Vinnai, intitulado *Fussballsport als Ideologie*, de 1970.

No Brasil, ainda em 1882, Ruy Barbosa, presidente da comissão estadual de ensino, enfatizou a importância da educação física no currículo das escolas primárias. Não houve qualquer receptividade à sua proposta. Essa atividade ficaria por conta do interesse pessoal de alguns poucos brasileiros que já haviam estudado na Europa, onde adquiriram o hábito do exercício físico. Ao lado deles, deve-se registrar ainda a voluntariedade de imigrantes italianos, portugueses, espanhóis, entre outros. Esse estímulo, no entanto, não bastaria. Não conseguiria sensibilizar o brasileiro a praticar exercícios físicos de forma mais sistemática. Tanto é assim que, só em 1888, surgiu no Rio Grande do Sul o primeiro clube de regatas do Brasil. Sete anos depois, em 1895, se realizavam, no Rio de Janeiro, as primeiras competições de natação e corridas de bicicletas.

Aqui, só tomaríamos contato com o *football* em 1894. Charles W. Miller, brasileiro filho de ingleses, estudava em Londres. Ao voltar para o Brasil (São Paulo), em sua bagagem trouxe uma bola de futebol. Praticante e entusiasta desse esporte, Charles Miller tratou de difundi-lo entre os ingleses residentes em São Paulo que se interessavam mais pelo jogo de cricket. Aos poucos, porém, os ingleses, altos funcionários da Companhia de Gás, do Banco de Londres e da São Paulo Railway iriam aderir ao futebol. Assim é que o São Paulo Athletic Club, fundado especialmente para a prática do cricket, introduziria, em seu espaço lúdico, em 1887, a nova modalidade esportiva importada por Charles Miller. O primeiro "grande" jogo foi realizado em São Paulo, em 1899, na presença de 60 torcedores. Um acontecimento singular. Os adversários eram um time de funcionários da Empresa

Nobiling, contra os ingleses da Companhia de Gás, da São Paulo Railway e do Banco de Londres. O resultado final era previsível: 1x0 para os ingleses.

Ao contrário do que possa hoje parecer, o futebol brasileiro nasce e se desenvolve entre a elite. Os colégios grã-finos, tanto do Rio de Janeiro quanto de São Paulo, passariam, a partir da primeira década deste século, a adotar o futebol como forma de recreação para seus alunos. É o caso do Anglo-Brasileiro, dos colégios militares, entre outros. Por se tratar de um esporte elitizado, que dava *status*, os próprios pais de alunos faziam um tipo de pressão para que os colégios incluíssem o futebol nas práticas esportivas. Surgiriam, a partir daí, bons jogadores que logo se integrariam aos clubes das tradicionais famílias. O Clube Atlético Payssandu (Rio de Janeiro), o Germânia (atual Pinheiros), o São Paulo Athletic, entre outros. Rapidamente, o futebol se propagaria por São Paulo e Rio de Janeiro. Em 1903, os aristocratas do café, da Associação Atlética Ponte Preta, formam o que seria o primeiro time de futebol organizado do Brasil, segundo registros oficiais da CBF - Confederação Brasileira de Futebol. Surgem também, na década de 10, o The Bangu Athletic Club, o Carioca, o Andaraí, o Mangueira, o Fluminense, o Vila Isabel e o Sport Club Corinthians Paulista. Bangu e Fluminense merecem destaque, justamente por suas oposições no quadro social. Se este último corroborava a tradição elitizante do futebol em nosso país, localizado no elegante bairro do Retiro da Guanabara, o mesmo já não acontecia com o The Bangu Athletic Club, apesar da "nobreza" do nome escrito em inglês. Ainda que fundado por altos funcionários ingleses da Cia. Progresso Industrial do Brasil, o Bangu, pela própria condição geográfica, sempre teve tendências proletárias. Localizada na periferia distante, num bairro proletário, a Cia. Progresso iria estimular o futebol entre seus executivos, como forma de lazer. Mas, como formar dois times para competirem, se o número de funcionários mais graduados e interessados nesse esporte não chegava a tanto? A alternativa seria aceitar operários para completar as duas esquadras. O critério de escolha, para isso, obedecia a algumas exigências administrativas na empresa, tais como: o desempenho profissional, o tempo de servi-

ço e o comportamento pessoal. Surgiria, assim, o primeiro time de futebol no Brasil não inteiramente elitizado. Mas, como se vê, por questões meramente circunstanciais. Desse contexto surgiria, mais tarde, o time proletário do Bangu.

O privilégio de ser escolhido criaria uma nova categoria profissional de operário que, a partir de agora, chamaremos de “operário-jogador”. Eles formariam a “elite operária do futebol” e teriam algumas regalias por isso: passariam a fazer um trabalho mais leve, para que sua energia se concentrasse também no futebol. Nos dias de treinos poderiam deixar o serviço mais cedo. Quase sempre os operários-jogadores eram mais rapidamente promovidos. Em suma, eles eram discretamente protegidos pela diretoria da empresa. O contato mais informal no campo de futebol com os altos funcionários ingleses poderia também se converter numa vantagem a mais. Mas, em pouco tempo, com a contínua popularização do futebol, o time do Bangu se tornaria mais conhecido que a própria Cia. Progresso. A partir daí, o The Bangu passaria a ser também eficiente veículo de publicidade da companhia inglesa. Os operários-jogadores já não eram apenas alguns trabalhadores a mais. Pelas circunstâncias e em face da crescente popularidade do futebol, eles seriam transformados também em eficiente veículo de divulgação da empresa. Nas excursões que faziam para jogar em outras cidades, a presença de operários criava uma imagem simpática do time e, por extensão, da própria empresa junto ao público.

Desse modo pode-se pensar hoje que existiu no Bangu, no início da sua história, uma espécie de “elite operária do futebol”. Os notórios privilégios por integrar a equipe da Cia. Progresso criavam uma verdadeira luta silenciosa entre os trabalhadores. Tornar-se jogador significava também a garantia do emprego. Nessa época, como em nossos dias, a economia já era débil. A industrialização durante toda a Velha República praticamente inexistia. Mesmo com a abolição da escravatura, um dos principais entraves ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil, pouca coisa mudaria no tocante à produção industrial. Vivíamos a passagem do artesanato à manufatura. Este sim, e apesar de tudo, um momento relativamente significativo. A produção e o consumo causariam certo impacto sobre outros segmentos da economia e, por decorrência, na es-

trutura social. Não obstante, a força de trabalho nativa, composta em sua maioria de homens despreparados, não tinha como competir com a mão-de-obra imigrante que aqui chegava. Como diz o brasilianista Warren Dean, “os imigrantes, freqüentemente mais alfabetizados do que a classe brasileira inferior, trouxeram habilidades manuais e técnicas que raro se encontravam no Brasil” (1). A estrutura econômica do país, pode-se ver, não tinha como absorver a força de trabalho disponível. Vivíamos, fundamentalmente, da monocultura cafeeira e de uma economia agrária pouco expressiva. O processo de industrialização só surgiria mesmo, de forma mais sistemática, a partir dos anos 30.

Nesse aspecto, a Cia. Progresso tem um caráter duplamente pioneiro. Foi uma das primeiras indústrias de manufatura têxtil do país, quando ainda não se pensava objetivamente numa política industrial. Além disso, transformou a imagem da empresa numa instituição vitoriosa, graças às conquistas do Bangu nos campos de futebol. A população associava os tecidos Bangu (era esse o nome da produção têxtil da Cia. Progresso) ao vitorioso time de futebol.

Dos fatos acima emergem algumas questões quanto à democratização do futebol no Brasil originar-se no Bangu. A grande contribuição, volto a repetir, foi o aspecto geográfico. Não fosse este clube localizado no longínquo subúrbio carioca e sim mais próximo da cidade, ou dos outros clubes de elite, dificilmente teríamos operários, juntamente com operários ingleses, vestindo a camisa do mesmo time. Segundo Anatol Rosenfeld, há ainda outro aspecto para a democratização do futebol no Bangu: a própria produção industrial da empresa. Para ele, o lazer através do futebol seria o estimulante para o aumento da produção da empresa. Os ingleses “viram-se obrigados a recorrer aos operários da fábrica, estimulados pela direção esclarecida, que provavelmente soubera que os fabricantes de tecidos ingleses na Rússia fomentavam o futebol entre os turnos para animar sua disposição ao trabalho e seu *esprit de corps*” (2). De fato, a partir de 1908, os operários passariam a treinar regularmente no campo da empresa. Em pouco tempo, a esquadra banguense já estava formada exclusivamente de operários. O time passaria a represen-

1 Warren Dean, “A Industrialização Durante a República Velha”, in Boris Fausto (org.), *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo III, volume 8, *O Brasil Republicano*, São Paulo, Difel, 1985, p. 252.

2 Anatol Rosenfeld, “O Futebol no Brasil”, in *Revista Argumento* nº 4, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1973, p. 67.

tar prestígio para a fábrica, o que obrigaria o bom senso de seus diretores a dar ainda mais atenção ao futebol. Ao mesmo tempo e aos poucos, os executivos ingleses começavam a ceder seu lugar no time para o operário mais habilidoso com a bola. E ao contrário de outros times da elite carioca, o Bangu era o único que aceitava negros. Mesmo assim, com algumas restrições, como mostra Mário Filho ao se reportar a esquadras como Botafogo e Fluminense:

“O jogador preto não podia aprender com o professor. Só jogando no The Bangu, só sendo operário da Cia. Progresso Industrial do Brasil. E assim mesmo um ou outro. O The Bangu deixando preto entrar no time, não fazendo questão de cor, de raça, mas não exagerando” (3).

## A LUTA POLÍTICA PELO PROFISSIONALISMO

Mas, a partir da segunda metade dos anos 20, com a crescente popularização do futebol, surgiram os primeiros grandes impasses. A frágil democracia banguense estava seriamente comprometida. Algumas contradições precisariam ser resolvidas, mas envolviam questões sociais e políticas difíceis de serem contornadas. Dessas destacam-se:

I. Apesar da popularização espontânea do futebol, alguns clubes do Rio e de São Paulo relutavam em aceitá-la, boicotando qualquer medida administrativa nessa direção;

II. Tanto jogadores e público pertenciam às classes mais abastadas. Assim, não haveria motivos para se profissionalizar esse esporte. Afinal, o futebol poderia se manter só com a venda dos ingressos ao público elitizado;

III. Os clubes de subúrbio, portanto não elitizados, começavam a “roubar” o espetáculo, apresentando bons jogadores. O Vasco da Gama, por exemplo, já levava pequenas multidões aos seus jogos;

IV. Mas o maior impasse era profissionalizar ou não o futebol.

Por mais que se relutasse, que alguns presidentes de clubes como Fluminense, Botafogo, Flamengo (Rio), C. A. Paulistano, S. C. Corinthians, S. C. Germânia (SP) tentassem impedir a trajetória natural do nosso futebol para o profissionalismo, o máximo que

conseguiriam seria mesmo adiá-la por algum tempo. A antiga CBD, fundada a 6 de novembro de 1916, fazia o jogo de interesses das agremiações elitistas. Os presidentes de clubes, em sua maioria políticos profissionais, ficariam em situação difícil. Se apoiassem a profissionalização, certamente perderiam o apoio político de parte da elite que não a desejava. Apoiando-a, tornariam sua imagem mais simpática aos eleitores. Os outros estados ainda eram inexpressivos e sem força política para se manifestarem. Pela primeira vez, surge a figura do cartola que, já naquela época, trabalhava muito mais pelo jogo de interesses pessoais e muito menos pelo futebol. A maior parte da imprensa era favorável ao profissionalismo. Contra o que os jornalistas chamavam de “profissionalismo marrom”. Mas se oficialmente o futebol ainda era amador, oficiosamente já havia pagamentos a jogadores. Isso caracterizava um tipo de futebol semiprofissional que só interessava aos clubes. Enquanto as arrecadações nos estádios aumentavam e enriqueciam ainda mais as agremiações, os jogadores permaneciam na mesma situação de explorados e sem nenhum direito. Subempregado, mas na esperança de profissionalizar-se, ele ficaria à mercê da sua sorte, de não sofrer acidentes de trabalho mais sérios e da eventual honestidade dos presidentes de clubes que, como registra a própria história do nosso futebol, com algumas exceções, exploravam a ignorância e a subserviência do seu jogador, em troca de salários irrisórios ou de emprego sem nenhuma garantia. Não por acaso, os jogadores mais explorados eram, ao mesmo tempo, os que mais temiam reivindicar qualquer direito como jogador. Embora fosse em alguns casos, sua única profissão, a verdade é que, formalmente, ele não tinha direito algum. O futebol era oficialmente reconhecido como uma atividade esportiva para amadores. Do ponto de vista jurídico isso era uma farsa. Era esconder uma realidade e a falta de ética profissional por trás da formalidade da lei e de suas imperfeições. Era este o quadro do futebol brasileiro até início dos anos 30. Um semiprofissionalismo de mão única. Só os clubes ganhavam dinheiro com as arrecadações. A situação, porém, iria se modificar a partir desse momento. Começa o êxodo de jogadores brasileiros para a Europa e alguns países sul-americanos. Os motivos para deixarem o Brasil eram sempre os mesmos: o falso amadorismo e a conseqüente exploração do

3 Mario Filho, *O Negro no Futebol Brasileiro*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1964, p. 60.

seu trabalho. Em depoimento esclarecedor, o jogador Amílcar Barbuy torna-se uma espécie de porta-voz do que a maioria dos seus colegas gostaria de poder falar:

“Vou para a Itália. Cansei de ser amador no futebol onde essa condição há muito deixou de existir, maculada pelo regime hipócrita da gorjeta que os clubes dão aos seus jogadores, reservando-se para si o grosso das rendas. Os clubes enriqueceram e eu não tenho nada. Vou para o país onde sabem remunerar a capacidade do jogador” (4).

A contrapartida, nesses casos, era a indignação dos cartolas. O sr. Rivadávia Meyer, presidente do Flamengo e da AMEA (Associação Metropolitana de Esportes Atlético), forte defensor do amadorismo, não admitia o direito e o desejo dos atletas de se profissionalizarem. Certa ocasião, o sr. Meyer reagiria violentamente ao ser entrevistado pelo jornal *Diário Carioca*, em 26 de janeiro de 1932:

“Eu considero o jogador que quer se profissionalizar como um gigolô que explora a prostituta. O clube lhe dá todo o material necessário para jogar e se divertir com a pelota e ainda quer dinheiro? Isso eu não permitirei no Flamengo. O profissionalismo avilta o homem”.

Enquanto isso, no plano político, o país emergia de uma grave crise. A 24 de outubro de 1930, as tropas militares cercam o Palácio do Catete e obrigam o presidente Washington Luis a renunciar. A 4 de novembro, toma posse Getúlio Vargas, encerrando o período da chamada Velha República (1889-1930) e iniciando a Segunda República. Ao assumir o governo, o novo presidente apresenta seu projeto para melhorar o país, intitulado “Programa de Reconstrução Nacional”, do qual constavam dezessete itens destacando as medidas mais urgentes e de aplicação imediata. Isso foi muito bom para o atleta e o futebol brasileiro. O próprio Estado, através da sua política trabalhista, iria liquidar com as pretensões dos cartolas conservadores em manter o amadorismo no nosso futebol. O item 15 do programa é importante nesse sentido. Seu texto fala em “instituir o Ministério do Tra-

balho, destinado a superintender a questão social, o amparo e a defesa do operariado urbano e rural”. Estava dado o pontapé inicial para a posterior regulamentação do futebolista em 1933. Embora não fosse reconhecida, mas apenas regulamentada, a profissão se caracterizava por uma situação de fato. A Legislação Social e Trabalhista de Vargas iria, de 1930 a 1936, regulamentar algumas profissões até então nunca cogitadas nesse sentido. O futebol, como já se esperava, entraria nessa lista. Isso não significava regulamentação automática, mas o caminho estava oficialmente aberto para as negociações. Assim é que, dois anos depois, em 23 de janeiro de 1933, estaria definitivamente implantado o futebol profissional no Brasil, em que pese o comportamento amador de muitos dirigentes até hoje. Destaque-se, aqui, um aspecto significativo: reitera-se com a profissionalização nos anos 30 o caráter de união e de identidade nacional através do futebol que, a essa altura, já estava definitivamente incorporado à cultura lúdica brasileira.

## O FUTEBOL E A POLÍTICA HOJE

E justamente por ter se tornado, ao longo do tempo, um produto cultural de massa em nosso país, esse esporte, como todo fenômeno social de grande alcance, tem sido sistematicamente tema de debates em todos os veículos de comunicação. E nessas condições, não faltam as opiniões e as análises de cunho político, social, econômico e até ideológico. Visto como atividade lúdica, alguns analistas atribuem ao futebol a perigosa função de desviar a sociedade de seus problemas prioritários como, por exemplo, o desemprego, a má distribuição de renda, a injustiça social, as precárias condições de vida de determinados segmentos da sociedade e até dos debates acerca da revisão constitucional e da corrupção que veio à tona recentemente. O brasilianista Robert M. Levine é partidário dessa concepção. Para ele o futebol não é só o “ópio do povo brasileiro”, como ainda serve de instrumento da classe dominante para manipular as massas como forma de sublimar a miséria e as desventuras da pobreza, através do sucesso meteórico da conquista de um campeonato doméstico ou internacional. Ele considera ainda que “o significado principal do futebol tem sido

4 O jogador de futebol dessa época, Floriano Peixoto Corrêa, em seu livro *Grandezas e Misérias do Nosso Futebol* (Rio de Janeiro, Hernano Editores 1933), faz um longo relato dos constrangimentos por que passava o jogador da periferia ao integrar-se aos clubes grã-finos.

o seu uso pela elite para apoiar a ideologia oficial e dirigir a energia social por caminhos compatíveis com os valores sociais prevalentes" (5). Permito-me discordar dessas opiniões, que contam, aliás, com muitos adeptos, por entender que a questão não se coloca exatamente nesses termos. A rigor, todo fenômeno social de grande ressonância popular (no Brasil, o carnaval e o futebol) possui, sem dúvida, importância política e social incontestável. Esses elementos, porém, não nos autorizam atribuir automaticamente um caráter reificador embutido nessas manifestações. Transformá-las em "ópio do povo", em algo alienante, corresponde a ter uma visão unilateral e maniqueísta dos processos sociais.

A questão não é bem assim. Podemos afirmar que nenhum clube de futebol nasceu com o deliberado intuito de ludibriar os interesses sociais e políticos da sociedade. Aliás, ao contrário. No Brasil, esse esporte emana das classes dominantes, de uma elite extremamente sofisticada e ávida por aprender a jogar o *football* introduzido pelos ingleses como vimos. Até porque a bola era objeto importado e, como tal, inacessível aos trabalhadores. Só mais tarde é que a direção da fábrica criaria o time operário do Bangu, com o objetivo de aumentar a produção industrial. Esse fenômeno talvez se circunscreva na idéia de que o futebol teria desempenhado função narcotizante para incentivar a produção. Isso é possível, claro, mas é um expediente que, indistintamente, todo sistema político usa e, além disso, é uma questão evidentemente óbvia; se houver saúde física, corporal, certamente a produção tenderá a aumentar.

Aparece aqui a conhecida formulação do marxismo vulgar de que o futebol, como qualquer outro esporte, estaria, nessas condições, submetendo a força de trabalho à tirania do capital. Desse fato decorreria, então, o rígido controle social empreendido pela classe dominante e a conseqüente manutenção do *establishment*. Pessoalmente, vejo o problema de forma diferente. Entendo que o futebol, como qualquer outro esporte, não deve ser interpretado de forma linear. Qualquer análise ideológica que se quiser fazer do futebol de modo geral, e do futebol brasileiro em particular, não deve deixar de lado o seguinte argumento: não é o futebol em si nem enquanto manifestação

lúdica nacionalmente consagrada que aliena, que desvia a sociedade dos seus problemas mais urgentes. Esse fato decorre, isto sim, do uso ideológico que o Estado possa fazer desse esporte, como faria de qualquer outra manifestação que tivesse força popular idêntica. Assim, fica claro o seguinte: não é o futebol enquanto tal que aliena. Quem aliena são os governantes que, deliberadamente, usam os esportes de massa com objetivos políticos, quase sempre sem nenhum escrúpulo, sem nenhuma ética. A grande meta é se manterem no poder. Os meios para consegui-lo não são importantes. Podem ser todos ou apenas um, não interessa. Interessa o poder.

Nesse sentido é que se torna impropriedade, em nosso país, o caráter alienante atribuído ao futebol, especialmente a partir do início dos anos 70, quando coincide a conquista do tricampeonato mundial no México com o auge do autoritarismo militar personificado na figura do presidente Emílio Médici. Se nessa época determinados segmentos da sociedade brasileira se distanciaram dos seus problemas mais prementes, a culpa não foi do futebol nem do tricampeonato. A causa está no Estado de terror imposto aos brasileiros, cerceados em quase todos os seus direitos, entre eles o direito à informação e à participação política. Em outro aspecto, acredito, isto sim, na clássica teoria althusseriana dos aparelhos ideológicos de Estado. Os desportos, entre outras coisas, integram o grupo desses aparelhos. Assim como o Estado autoritário pode usar o futebol para corroborar ainda mais o seu poder, no Estado democrático esse mesmo futebol pode dar verdadeiras demonstrações de amor à liberdade e à democracia. Foi isso, precisamente, o que ocorreu com a "democracia corinthiana". Um movimento bem pensado por seus criadores, meticolosos em suas ações, liderado por Adilson Monteiro Alves, ex-vice-presidente de futebol do Corinthians e seus companheiros Sócrates, Walter Casagrande, Wladimir, Juninho e outros. Conscientes do que estavam fazendo e daquilo que queriam, eles levaram o Corinthians, em toda sua história, a atingir o mais alto grau de liberdade e de autonomia dos jogadores como profissionais da bola. Com uma adesão quase maciça à sua causa (Biro-Biro e Leão eram contra) e o apoio externo de colegas de outros clubes, a "democracia corinthiana" eliminou, pelo me-

5 Robert M. Levine, "Esporte e Sociedade", in J. S. Witter e J. C. S. B. Meihy (orgs.), *Futebol e Cultura*, São Paulo, Publicação IMESP/DAESP, 1982, p. 23.

nos no departamento de futebol, uma estrutura montada em bases autoritárias, arcaicas e paternalistas, cujo resultado redundava sempre no desrespeito ao jogador profissional.

Vale ainda registrar que na América este não é um fato isolado. O futebol argentino, por inúmeras vezes, se rebelou contra a ditadura militar e a tirania dos dirigentes de clubes. O sindicato dos jogadores nesse país apoiou publicamente a concentração das mãos na Plaza de Mayo, quando reivindicavam, aos ditadores militares, a presença e o paradeiro dos seus filhos que, na verdade, sucumbiram no terror e na tortura a que foram submetidos.

A "democracia corinthiana", por sua vez, transcenderia os muros do Parque São Jorge para tornar-se um tipo de exemplo a outros clubes que, de alguma forma e por iniciativa dos próprios jogadores, desejavam seguir o modelo político da democracia no futebol que havia dado certo em São Paulo. Foi o caso do Clube de Regatas Flamengo que, no estádio do Maracanã, durante a campanha para as eleições diretas em 1984, apoiou a candidatura de Tancredo Neves. Enquanto os jogadores exibiam no gramado faixas alusivas à vitória do seu candidato, a torcida rubro-negra apoiava o time e o futuro presidente com faixas como "O Fla não Malufa". Decepcionada, porém, ficaria a torcida do Fluminense, quando soube que os dirigentes do clube haviam "malufado".

Em São Paulo, o Corinthians não só conquistava títulos de campeão paulista, entre outros, como tinha o maciço apoio das torcidas organizadas para continuar seu projeto democrático. A "democracia corinthiana", aliás, na pessoa de Adilson Monteiro Alves e Sócrates foi mais longe. Juntamente com Juca Kfourí, jornalista da revista *Placar*, elaboraram, em 1983, um documento intitulado "Profissionalismo no Futebol e a Estrutura Atual". Nesse ensaio eles analisam as precárias condições do futebol brasileiro, suas mazelas, justamente a partir da estrutura autoritária e arrogante que continua dominando nosso futebol desde 1933, quando implantou-se o profissionalismo, como vimos.

Conscientes de que a "grande paixão brasileira" deve ser discutida, rearticulada e organizada de baixo para cima, os autores entendem que o caminho da revolução e da

redenção do nosso futebol só será possível via poder Legislativo, quando houver inteira e total reformulação das leis caducas e desconexas com nossa realidade, embora continue arbitrando nosso futebol. Por isso, justamente, é que este documento foi apresentado à Comissão Parlamentar Permanente de Esportes e Turismo, que vinha promovendo ciclos de debates sobre a realidade do desporto nacional. O objetivo dos autores do documento era dar sua contribuição para aprimorar, democratizar e tornar o futebol brasileiro mais humano, não só ao seu profissional, mas também ao torcedor, principal responsável por sua existência. Na ocasião, o deputado Márcio Braga coordenava a Comissão de Estudos de Esportes da Câmara Federal em Brasília. A seu convite Sócrates, entre outros esportistas ligados ao futebol, prestou depoimentos sobre a situação desse esporte em nosso país. Como este documento ficou circunscrito a um reduzido número de profissionais e interessados no tema e não chegou a ser editado, vale a pena citar um pequeno trecho onde se esclarece bem a contribuição dos autores:

"A maneira de entregar o futebol para a sociedade não é tão difícil, embora trabalhosa. Propomos, para enriquecimentos posteriores, uma fórmula consagrada em qualquer regime de liberdade. Uma fórmula que passe por um poder Legislativo representado pelos Conselhos Deliberativos dos clubes e pelo CND, por um poder Executivo representado pela Diretoria dos clubes, das Federações e pela CBF, e um poder Judiciário cujas instâncias seriam a Justiça Esportiva como ramo da Justiça Comum, e um Tribunal de Contas Desportivo. Tudo isso como resultado de uma estrutura democrática em que, no poder Legislativo, os Conselhos Deliberativos fossem eleitos pelos sócios dos clubes e o CND pelos presidentes dos Conselhos com votos ponderados, ou seja, de acordo com o número de eleitores de cada clube. Da mesma maneira se procederia em relação ao poder Executivo, onde as diretorias seriam eleitas por voto direto dos sócios dos clubes, as diretorias das Federações pelos presidentes dos clubes com votos ponderados e a CBF pelos presidentes das Federações com votos também ponderados,





garantindo-se desse modo, em todos os níveis, a real representatividade de cada clube e Federação”.

O Congresso Nacional, por sua vez, jamais se manifestou sobre o documento, nem sobre o trabalho realizado pela Comissão de Estudos de Esportes da Câmara Federal, apesar dos insistentes apelos do deputado Márcio Braga. Há nos meios esportivos (especialmente no futebol profissional) a expectativa de que o assunto volte à tona com o “Projeto Zico” e a revisão da Constituição, se ela sobreviver.

De qualquer modo, o fato é que a experiência da “democracia corinthiana” trouxe efeitos significativos, deixando de ser um acontecimento isolado para se tornar um movimento mais abrangente. É importante notar que os Sindicatos dos Atletas do Futebol Profissional de São Paulo e do Rio de Janeiro têm aumentado consideravelmente o número de associados. Quando menos, reflete interesse e uma convergência maior desses profissionais, que realmente parecem agora estar empenhados em sanar pelo menos parte dos problemas inerentes à sua categoria profissional. Esta política sindical, no entanto, é apenas parte integrante de um contexto político maior em que atua o próprio sindicato e alguns de seus associados. Em São Paulo, durante a última campanha política para a Prefeitura, ficou implícito o apoio deste sindicato ao candidato do Partido dos Trabalhadores.

Hoje, apesar de ainda não terem uma visão crítica mais apurada dos problemas que envolvem o atleta profissional e o futebol brasileiro, os jogadores têm procurado os sindicatos. Principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro. Certa ocasião conversando com Sócrates, em 1986, ele me citou alguns dados impressionantes: dos 4.200 jogadores de futebol profissional no estado de São Paulo, apenas 920 eram sindicalizados. Pior do que isso, porém, foram os dados citados em seu depoimento ao jornalista Oswaldo Mendes, da *Folha de S. Paulo*. Falando sobre o declínio qualitativo do futebol como espetáculo, ele deixa de lado, intencionalmente, as razões estruturais ligadas à política dos dirigentes de clubes e das federações para fixar seu comentário sobre a condição humana do jogador: “É preciso não esquecer que, no Brasil, mais de

60% dos jogadores de futebol ganham menos que o salário mínimo. A esses jogadores não interessa dar espetáculo, mas ganhar de qualquer jeito”.

Na verdade, Sócrates reportava-se à questão mais delicada do futebol profissional no Brasil: como aqui esse esporte exige vitórias a curtíssimo prazo para o atleta manter seu emprego, então ela tem que ser conseguida ainda que para isso se use da violência e de outros expedientes, em detrimento da qualidade do espetáculo. Além disso, alguns jovens jogadores, esperançosos de se transferirem para grandes clubes, para a “vitrine” do futebol, como são conhecidos os centros de São Paulo e Rio, preferem vender sua força de trabalho por um preço insignificante e se manterem explorados pelos clubes à espera de uma grande oportunidade. Essa questão desmistificaria a falsa imagem de que o jogador de futebol no Brasil é muito bem pago. Isso não é verdade. Ao contrário, ele hoje (e sempre foi assim) é tão mal pago quanto qualquer outra categoria profissional. O que ocorre, isto sim, é que a elite do nosso futebol realmente realiza bons contratos de trabalho. Mesmo assim, nem sempre todo o elenco de um grande time é bem pago. Só alguns o são. Não esqueçamos, por exemplo, que jogadores talentosos, famosos e com passagem pela seleção brasileira como Garrincha, Tupanzinho (Palmeiras), Ipojucan e Veludo, entre outros, morreram miseráveis. Assim, quando falamos da realidade econômica do jogador profissional em nosso país é necessário muita cautela. Ela é bem diferente do que prevalece no senso comum. É mais diferente ainda da realidade do jogador famoso que já consolidou seu *status* de craque, e por isso mesmo “virou o jogo” mudando a relação de dependência. Nesse estágio ele já não precisa mais do prestígio do clube grande. Ao contrário, o clube é que precisa dele, do seu prestígio profissional, da sua popularidade, do seu talento e dos seus gols para aumentar as glórias e o lucro. Eles não têm dificuldade na renovação de seus contratos. Os clubes, ainda que contra a vontade de alguns diretores, terminam aceitando sua proposta milionária e renovando o contrato. O grande jogador, até por cláusula contratual, não pode ficar fora do time, a não ser em casos de contusões muito graves. Mesmo assim, é de domínio público

que, por diversas vezes, Garrincha jogou dopado e com infiltração de fortíssimos analgésicos no joelho direito, porque sua presença era obrigatória por cláusula contratual. Isso abreviou a carreira futebolística do jogador que, embora fosse um artista genial com a bola nos pés, nunca soube fazer bons contratos, porque sempre acreditou na boa fé dos dirigentes.

Nesses termos, o nivelamento por cima que se faz da remuneração do jogador de futebol (falsa imagem criada pela mídia) no Brasil, escamoteia a realidade. Hoje, apesar de divorciado das grandes conquistas (e das pequenas também) desde 1970, o futebol brasileiro ainda mantém seu prestígio internacional, embora seja visível sua implosão no âmbito doméstico, com exceção do estado de São Paulo. Isso compromete ainda mais a condição econômica do jogador. A desorganização, a falta de profissionalismo dos dirigentes e os interesses político-partidários são alguns dos elementos que arrebentaram com a já frágil estrutura do nosso futebol. Os reflexos disso são: estádios vazios, evasão dos melhores jogadores para o exterior, crise financeira dos times e a perda de público para outros esportes de massa como o vôlei e o basquete. Se perdermos o tetracampeonato a ser realizado em 1994 nos Estados Unidos, é provável que esta crise recrudesça ainda mais. O torcedor só aceita o título de campeão. O vice-campeonato não interessa. No futebol em nosso país, a vontade popular é esta: “se não for campeão, vice não quero ser”.

Com a democratização do país a partir de 1985 e a participação de todos os segmentos da sociedade nesse processo, o profissional de futebol parece, decididamente, disposto a participar politicamente, não só dos destinos do país, mas também das questões que envolvem seu trabalho de atleta. Assim, certamente, ele estará ajudando a mudar o perfil socioeconômico do jogador de futebol em nosso país. Até então esse trabalho sobreviveu de atos isolados de alguns profissionais mais conscientes que, por algum motivo e a seu modo, resolveram enfrentar a tirania e o autoritarismo dos dirigentes. São os casos de Afonsinho, Reinaldo, Tostão e, um pouco mais tarde, o grupo da “democracia corinthiana”. Este último, como vimos, preocupado com uma

nova consciência política e profissional entre os jogadores.

A bem da verdade, para fazer justiça, a gênese da “democracia corinthiana” tem muito a ver com o jogador Afonsinho. Famoso por seu talento profissional, pela coragem com que enfrentava os dirigentes e sobretudo pelas posições políticas que assumia, ele sempre agiu com determinação. Foi, durante os anos 70, o primeiro jogador brasileiro a questionar publicamente o sistema político (em pleno governo Médici) e a denunciar a estrutura arcaica e autoritária em que repousa até hoje nosso futebol. Estudante de Medicina e jogador do Botafogo do Rio, ele abriu processo na Justiça do Trabalho em 1974 contra seu clube, pelo direito de negociar seu próprio passe. Essa atitude foi um marco na conquista dos direitos do futebolista brasileiro. Vitorioso na justiça, alugaria seu passe aos grandes clubes, conclamando publicamente os demais colegas a fazerem o mesmo. Ainda em 1974, foi convocado para integrar a seleção brasileira que disputaria o campeonato mundial na Alemanha, mas foi cortado mais tarde, justamente por questões políticas.

Por uma grande ironia, Afonsinho jogou ao lado de Pelé no Santos. Digo ironia porque Pelé sempre foi o avesso político de seu colega de clube. Em 1972, em Montevidéu, ao conceder entrevista à jornalista Amália Barran do jornal *La Opinión*, sobre a ditadura militar no Brasil, Pelé responde: “Não há ditadura no Brasil. O Brasil é um país liberal, uma terra de felicidade. Somos um povo livre. Nossos dirigentes sabem o que é melhor para nós e nos governam com tolerância e patriotismo”. É provável que, passados 22 anos dessa entrevista, Pelé pense um pouco diferente daquela época. Seu apoio ao governador Leonel Brizola, através de propagandas pela televisão, é um bom indício. Recentemente, ao receber um prêmio da TV Bandeirantes, ele fez um pronunciamento político, no qual denunciava a precária situação dos profissionais de futebol no Brasil, conclamando-os a se filiarem ao seu sindicato para formarem uma categoria profissional politicamente forte. Foi esse, pelo menos, o teor geral do discurso.